



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



## PROJETO DE INDICAÇÃO DE LEI / 2025

*SÚMULA: Dispõe sobre a criação de hora atividade em regime de home office pelos professores e pedagogos das unidades educacionais públicas do município de Campo Largo.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou, e eu, prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica estabelecido que os professores e pedagogos das unidades educacionais públicas do município de Campo Largo, uma vez por semana, não excedendo três vezes no mês, poderão realizar sua hora-atividade em casa (home office) para planejamento, estudos, participação em reuniões online, entre outras atividades previstas na legislação municipal vigente.

**Art. 2º** A possibilidade de realizar a hora-atividade em casa não altera as atividades que devem ser desenvolvidas pelo professor e pelo pedagogo no ambiente físico da unidade educacional, conforme descrito nas atribuições de docência estabelecidas na Lei Municipal nº 2.028/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Largo.

**Art. 3º** Uma vez ao mês, de acordo com o cronograma estabelecido pela chefia imediata e encaminhado com a frequência à Secretaria Municipal de Educação, os professores e pedagogos deverão realizar a hora-atividade presencialmente na unidade educacional.

**Art. 4º** As horas-atividade necessárias para completar os 33% de carga horária destinados a essa função, equivalentes a 2h40min semanais, serão realizadas na unidade educacional.

**Art. 5º** Os professores e pedagogos estarão cientes de que poderão ser convocados a qualquer tempo, por solicitação da chefia imediata, da Secretaria Municipal de Educação ou por sua própria vontade, para

247/2025  
19/02/25  
(w)



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



realizar a hora-atividade presencialmente na unidade educacional ou em outro local externo.

**Art. 6º** Os professores e pedagogos deverão estar presentes na unidade educacional em situações como:

I - Formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), quando presenciais; II - Reuniões pedagógicas e conselhos de classe, caso não possam ocorrer virtualmente; III - Agendamentos com famílias, se não puderem ocorrer virtualmente; IV - Outras convocações da chefia imediata ou da equipe pedagógica.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Largo, 18 de fevereiro de 2025.

  
GUSTAVO TORRES  
Vereador